

*Este é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
obscenos gestos avulsos.*

Carlos Drummond de Andrade.

EM DEFESA À EDUCAÇÃO, AOS ESTUDANTES E AOS PROFESSORES

Carta Aberta dos Professores do Colégio Santa Clara

Quando travamos um diálogo em busca da solução de diferentes problemas, sejam eles sociais, econômicos, políticos ou ambientais, é comum chegarmos a um consenso de que a sua solução está na Educação. Embora esta última palavra tenha muitas acepções possíveis, o que se pretende, em geral, neste tipo de discussão é apontar a educação formal, aquela adquirida na escola por intermédio dos professores, como a grande aliada ao desenvolvimento de qualquer aspecto relevante a uma nação.

O discurso citado acima está presente em nosso cotidiano e destaca a importância inequívoca da figura do professor. Contudo, a precarização da Educação é uma realidade facilmente perceptível em nosso país, sobretudo no âmbito público, pois, no campo da educação privada, até o presente momento, foi possível conservar certa dignidade à classe do professorado por meio das Convenções Coletivas, que asseguravam condições adequadas para o desenvolvimento de um trabalho sério e de qualidade.

No entanto, essa realidade de garantia de direitos historicamente conquistados deixou de ser efetiva com a aprovação da reforma trabalhista no ano passado. E essa situação agrava-se, no presente momento, com a proposta do sindicato patronal, o Sieceesp, de alterações na Convenção Coletiva de trabalho.

As propostas mais parecem um ataque direto à categoria, posto que implicariam na precarização do ensino – esta seria sua incontestável consequência. Dentre as proposições estão a restrição de bolsas de estudo de filhos de professores e assistência médica, o fim da isonomia salarial, redução de salários e contratos por tempo determinado, além de indicar abertura à terceirização na Educação. Trata-se de um desdobramento evidente da aprovação da reforma trabalhista, aplicado à Convenção Coletiva.

Nenhuma dessas mudanças tem como objetivo melhorar a qualidade da Educação. Ao contrário. Sabemos que o vínculo é um dos elementos fundamentais no processo educativo e que essas propostas criariam uma realidade de instabilidade para

os professores, enfraquecendo seus laços com suas instituições de trabalho e, conseqüentemente, afrouxando também as relações entre professores e alunos, o que afetaria, irrevogavelmente, o desenvolvimento pleno dos estudantes.

É válido lembrar que o professor é uma das bases de qualquer sociedade, pois é ele quem forma todos os outros profissionais. É ele quem instrumentaliza para a realização de sonhos. Entretanto, mesmo contando com algumas seguranças (que agora parecem quererem retirar de nós), é evidente o desprestígio desta carreira, uma vez que, atualmente, quase ninguém mais quer ser educador. A verificação dessa afirmação é simples: basta entrar, hoje, em uma sala de aula e perguntar aos alunos quem dali sonha em ser professor. A maior parte dirá, prontamente, que não vislumbra a menor possibilidade de aderir à profissão em questão, seja pelos baixos salários, pela quantidade excessiva de trabalho ou pela falta de deferência atribuída a esses profissionais.

Nesse sentido, a luta pela dignidade do professorado e pela manutenção de seus direitos é a luta de toda a sociedade, de todos aqueles que valorizam a Educação e que a consideram fundamental. Afinal, não podemos compactuar com a precarização do ensino de nossas crianças e jovens, aceitando com isso comprometer todo o futuro do nosso país.

Nós, professores do Colégio Santa Clara, posicionamo-nos favoráveis à manutenção da Convenção Coletiva, isto é, favoráveis à uma educação de qualidade, libertadora e que promova a equidade e a igualdade. Portanto, decidimos coletivamente aderir à paralisação apartidária organizada pelo Sinpro (sindicato dos professores das escolas particulares) que ocorrerá nesta quarta-feira, dia 23 de maio de 2018, e convidamos toda comunidade escolar para se juntar ao ato que ocorrerá na Avenida Paulista, em frente ao Masp, às 16 horas.

O envolvimento da sociedade civil como um todo é fundamental na consolidação do movimento de defesa da qualidade educacional e de condições dignas para o trabalho dos educadores. Por isso, conclamamos a participação e o engajamento de todos aqueles que acreditam na necessidade de assegurar o direito à efetiva aprendizagem e ao desenvolvimento como garantia do exercício da democracia a participar conosco desse importante momento de reivindicação de uma escola de qualidade. Afinal, não é necessário ser professor para sonhar com a garantia de uma educação de excelência, capaz de realizar as mudanças e melhorias tão necessárias ao nosso país e sociedade.

Professores e professoras do Colégio Santa Clara.

São Paulo, 21 de maio de 2018.